

Guia Passo a Passo Captação e Submissão de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Autores

Éllen Vieira Pacífico

Aguinaldo Pereira

Produto Educacional - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia.

Linha de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Guia detalhado para aprender o processo essencial de captação e submissão de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá.



DADOS TÉCNICOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título do Produto:

Guia Passo a Passo: Captação e Submissão de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Área de Aplicação:

Segmento Profissional

Transferência/Usos Já Efetivados:

Produto transferido à Despesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e à Direção Geral do campus Ji-Paraná do Instituto Federal de Rondônia.

Público-Alvo:

Servidores e demais interessados em captação de recursos vinculados a lei.

Diagramação e Acessibilidade

Ilma Rodrigues de Souza Fausto (ilma.rodrigues@ifro.edu.br)

Revisão Ortográfica

Dra. Ruth Maria Mariani Braz

Imagens Utilizadas:

Todas as imagens utilizadas são de acesso livre dos sites Canva, Unsplash; Pexels; Pixabay, e também dos laboratórios do Campus Vilhena.

Acessibilidade e Usabilidade

O desenvolvimento do produto educacional seguiu uma metodologia rigorosa, uma abordagem técnica, garantindo a criação de um recurso eficaz e acessível para a captação de recursos na Amazônia Ocidental.

A utilização de ferramentas como Canva e a disponibilização em plataformas acessíveis como ISSU e Heyzine asseguram que o produto será amplamente utilizado e terá um impacto significativo na educação profissional e tecnológica da região.

Para sua construção, foram utilizados os programas PDF Accessibility Checker versão 3.0.7.0 da Foundation Access for All, NVDA para Windows e Adobe Reader.

As descrições textuais foram apresentadas abaixo de cada imagem, destacando as características fundamentais para sua compreensão.

Este produto adota padrões internacionais de usabilidade e acessibilidade digital, oferecendo um padrão de excelência no quesito acessibilidade, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seus artigos 53 e 54. Para favorecer a acessibilidade comunicacional, adotou-se escrita simples e direta, configurada como: sujeito > verbo > complemento.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Pacífico, Éllen Vieira.

Guia passo a passo: captação e submissão de projetos de pesquisa,
desenvolvimento e inovação / Ellen Vieira Pacífico, Porto Velho-RO, 2024.
54 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Aguinaldo Pereira.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Desenvolvimento. 2. Ciência e Tecnologia. 3. Inovação. 4. Pesquisa. 5.
Educação Profissional e Tecnológica. I. Pereira, Aguinaldo (orient.). II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III.
Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956 (Campus Porto Velho Calama)

Sobre os Autores



Éllen Vieira Pacífico

- Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT
- Pós Graduação em Gestão Pública com Ênfase na Educação
- Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa (2013)
- Técnica em Logística pelo IFRO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS ARIQUEMES (2015)
- Técnica em Secretaria Escolar pelo IFRO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA POLO JARU (2015)



Aguinaldo Pereira

- Professor EBTB de inglês e português do Instituto Federal de Rondônia - IFRO
- Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília - UnB (2017)
- Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2013)
- Licenciado em Letras - Português/Inglês/Literatura - UNEMAT (2009)
- Treinamento pedagógico em Tampere/FI - Vocational Education and Training (TAMK - Finlândia - 2021)

Prefácio

É com grande satisfação que apresento o “Guia Passo a Passo: Captação e Submissão de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)” elaborado pela mestra Éllen Vieira Pacífico, sob a orientação do professor Doutor Aguinaldo Pereira. Este guia é um produto educacional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO).

A Amazônia Ocidental e o estado do Amapá são regiões de imensa riqueza natural e biodiversidade, mas também enfrentam desafios significativos em termos de desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica. Este guia surge como uma ferramenta essencial para capacitar pesquisadores, profissionais e instituições na captação e submissão de projetos de PD&I, alinhados com as legislações vigentes, como a Lei nº 8387/1991 e a Lei nº 13.674/2018.

O conteúdo deste guia é detalhado e prático, oferecendo um passo a passo claro e acessível para todos os interessados em contribuir para o avanço científico e tecnológico dessas regiões. Ele aborda desde a identificação de oportunidades e análise de elegibilidade até a elaboração e submissão de propostas, sempre com foco na promoção do desenvolvimento regional e na geração de impactos socioeconômicos positivos.

A iniciativa de Éllen Vieira Pacífico é louvável e reflete um compromisso com a educação, a inovação e o desenvolvimento sustentável. Este guia não apenas facilita o acesso a recursos e incentivos fiscais, mas também promove a integração da Amazônia Ocidental e do Amapá ao restante do país, contribuindo para uma maior equidade no desenvolvimento nacional.

Espero que este guia seja amplamente utilizado e que inspire muitos outros projetos de pesquisa e inovação, fortalecendo a capacidade de nossa região de enfrentar os desafios do futuro com criatividade e competência.

Doutora Ilma Rodrigues de Souza Fausto (PEBTT - IFRO)

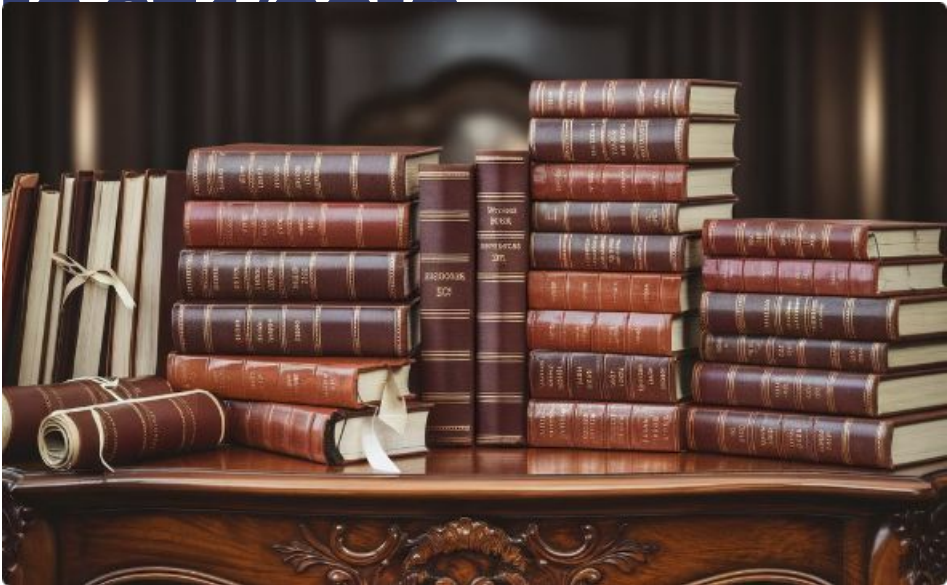
Sumário

1.	Prefácio
2.	Introdução à Lei nº 8387/1991 e Lei nº 13.674/2018
3.	Amazônia Ocidental e Amapá: Regiões Chave para Inovação
4.	Objetivo da Legislação
5.	Benefícios da Lei
6.	Requisitos e Critérios de Elegibilidade
7.	Processo de Captação de Projetos
8.	Etapas de Submissão de Projetos
9.	Formulários e Documentação Necessária
10.	Dicas para uma Proposta de Sucesso
11.	Estrutura do Projeto
12.	Tópicos Específicos para Lei nº 8.387/1991 e Lei nº 13.674/2018
13.	Análise e Avaliação de Projetos
14.	Seleção e Aprovação de Projetos
15.	Prazos e Fluxos do Processo
16.	Acompanhamento e Monitoramento dos Projetos
17.	Exemplos de Projetos Bem-Sucedidos na Amazônia
18.	Impactos Positivos na Região Amazônica
19.	Desafios e Lições Aprendidas
20.	Oportunidades para Novos Projetos
21.	Formação de Parcerias Estratégicas para Captação de Recursos na Amazônia Ocidental
22.	Apoio e Assessoria Técnica Disponíveis
23.	Dicas para Maximizar as Chances de Aprovação
24.	Perguntas e Respostas Frequentes
25.	Plano de Capacitação Contínua
26.	Recursos e Ferramentas Adicionais

Sumário

27.	Integração de Ferramentas Digitais para Desenvolvimento e Submissão de Propostas de Projetos
28.	Elaboração do Projeto
29.	Boas Práticas na Prestação de Contas
30.	Transparência e Governança: Implementação de Práticas para Assegurar Transparência e Accountability
31.	Indicadores de Desempenho - KPIs (Key Performance Indicators)
32.	Desdobramentos Futuros da Legislação
33.	Perspectivas de Crescimento e Desenvolvimento
34.	Considerações e Próximos Passos
35.	Referências

Introdução à Lei nº 8387/1991 e Lei nº 13.674/2018



Legislação Fundamental

A Lei nº 8387/1991 e a Lei nº 13.674/2018 estabelecem o arcabouço legal para o financiamento de projetos de P&D na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá. Essas leis são fundamentais para impulsionar o desenvolvimento regional e a inovação tecnológica nessas áreas, estabelecendo mecanismos de incentivo fiscal e financeiro para empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento na região. A legislação também define critérios específicos para a aplicação dos recursos, garantindo que os investimentos sejam direcionados para áreas estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento regional.



Lócus de Atuação

A legislação em questão define a Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, bem como o estado do Amapá, como os lócus prioritários para o financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Esta região representa uma área estratégica para o desenvolvimento nacional, com características únicas em termos de biodiversidade, recursos naturais e potencial de inovação. A inclusão específica destas áreas na legislação reconhece suas particularidades e necessidades especiais de desenvolvimento, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais únicos da região amazônica.



Estímulo à Inovação

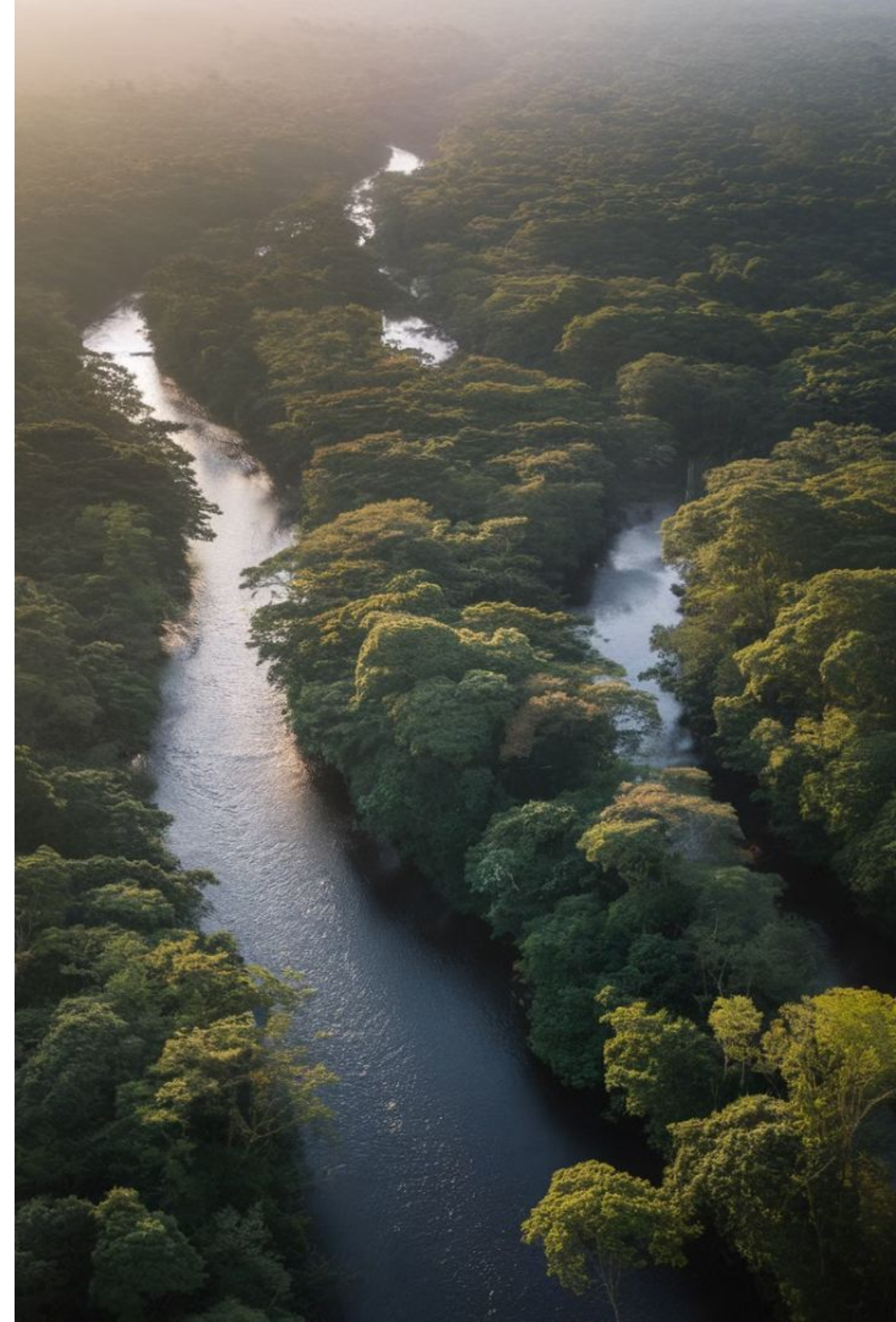
O objetivo central dessas leis é fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica na região, visando promover o desenvolvimento sustentável, a geração de empregos qualificados e a melhoria da qualidade de vida da população local. Estas iniciativas ajudam a integrar a região ao restante do país, promovendo uma maior equidade no desenvolvimento nacional, através do incentivo à instalação de centros de pesquisa, laboratórios e instituições de ensino superior. A legislação também busca estimular parcerias entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, criando um ecossistema de inovação que beneficia toda a região amazônica e contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Amazônia Ocidental e Amapá: Regiões-Chave para Inovação

A Amazônia Ocidental, composta pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, e o estado do Amapá, representam regiões prioritárias para o fomento da inovação e desenvolvimento tecnológico no Brasil.

Essas áreas, ricas em biodiversidade e recursos naturais, oferecem um terreno fértil para pesquisas, empreendedorismo e projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Com uma legislação específica que incentiva investimentos nessas regiões, a lei visa alavancar o potencial científico e tecnológico da Amazônia Ocidental e do Amapá, promovendo a geração de conhecimento, a criação de novos negócios e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.



Objetivo da Legislação

Fomento à P&D&I

A legislação tem como objetivo primordial impulsionar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P&D&I) na região da Amazônia Ocidental e no estado do Amapá.

Isso envolve investimentos em projetos que visem o avanço científico e tecnológico nessas áreas.

Promoção do Desenvolvimento Regional

Além do fomento à P&D&I, a lei também busca promover o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Ocidental e do Amapá.

Ao incentivar a inovação, espera-se gerar empregos, atrair investimentos e impulsionar o crescimento sustentável dessas regiões.



Benefícios da lei

1

Incentivos fiscais

As empresas que investirem em projetos de P&D na Amazônia Ocidental e no Amapá poderão se beneficiar de incentivos fiscais, o que ajuda a reduzir os custos e torna os investimentos mais atrativos.

2

Acesso a financiamento

A lei disponibiliza linhas de crédito e fundos de investimento específicos para projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico nessas regiões, facilitando o acesso a recursos financeiros.

3

Desenvolvimento regional

Os projetos financiados pela lei ajudam a impulsionar o crescimento econômico e a competitividade da Amazônia Ocidental e do Amapá, gerando empregos e oportunidades para as comunidades locais.



Requisitos e critérios de elegibilidade

Localização Geográfica

Para se qualificar, os projetos de PD&I devem ser realizados na Amazônia Ocidental ou no estado do Amapá. Essa é uma exigência fundamental estabelecida pela Lei nº 8387/1991, alterada pela Lei nº 13.674/2018.

Áreas Prioritárias

Os projetos devem estar alinhados com as áreas prioritárias definidas pela legislação, como biotecnologia, ciências ambientais, tecnologias da informação e comunicação, entre outras que gerem impacto positivo na região.

Capacidade Técnica

As empresas e instituições proponentes devem comprovar expertise e equipes qualificadas para executar os projetos de PD&I com excelência. Experiência prévia em projetos semelhantes é um diferencial. No caso das ICTs Públicas os pontos favoráveis são: a experiência do seu corpo técnico e de seus pesquisadores, sua infraestrutura e sua capacidade de execução

Processo de captação de projetos

1

Identificação de oportunidades

Monitorar editais e chamadas públicas relevantes e estabelecer parcerias diretas com empresas, desde que essas parcerias estejam alinhadas com os objetivos da lei e sejam formalizadas conforme as diretrizes estabelecidas

2

Análise de elegibilidade

Avaliar se a proposta se enquadra nos requisitos da lei

3

Elaboração da proposta

Desenvolver o projeto de acordo com as diretrizes

O processo de captação e submissão de projetos é crucial para acesso aos recursos da Lei nº 8387/1991 e Lei nº 13.674/2018.

Ele envolve a identificação de oportunidades relevantes, a análise cuidadosa dos requisitos de elegibilidade e a elaboração de uma proposta sólida e alinhada com os objetivos da legislação.

Etapas de submissão de projetos



O processo de submissão de projetos é fundamental para acessar os recursos disponíveis pela Lei nº 8387/1991 e suas atualizações.

Desde a definição clara dos objetivos até o envio da proposta completa, cada etapa deve ser seguida com atenção e rigor.

Dessa forma, você aumenta suas chances de ter o seu projeto selecionado e aprovado para financiamento.

Formulários e documentação necessária



Documentos Legais

A submissão de projetos requer uma série de documentos legais, como atos constitutivos, comprovação de registro, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, entre outros.

É essencial que todos os documentos estejam atualizados e em conformidade com as exigências.



Formulários Específicos

Cada programa e iniciativa possui seus próprios formulários e documentos específicos que devem ser devidamente preenchidos e encaminhados.

Atenção aos prazos, instruções e formatos exigidos em cada caso para garantir a elegibilidade da proposta.

Documentos de referência para cumprimento da obrigação de investimento em PD&I, link Manuais e Formulários:

<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/obrigacoes/documentos>,



Lista de Verificação

Elabore uma lista de verificação com todos os documentos e informações necessárias para a submissão do projeto.

Isso ajudará a garantir que nada seja esquecido e que a documentação esteja completa antes do envio.





Dicas para uma proposta de sucesso

Alinhamento com os objetivos

Certifique-se de que sua proposta esteja totalmente alinhada com os objetivos da legislação e os requisitos de elegibilidade.

Isso aumentará suas chances de aprovação.

Detalhamento do projeto

Forneça informações detalhadas sobre o projeto, incluindo metodologia, cronograma, equipe, orçamento e potenciais impactos. Quanto mais completa a proposta, melhor.

No site da SUFRAMA constam os anexos para submissão de propostas.

Histórico e capacidade

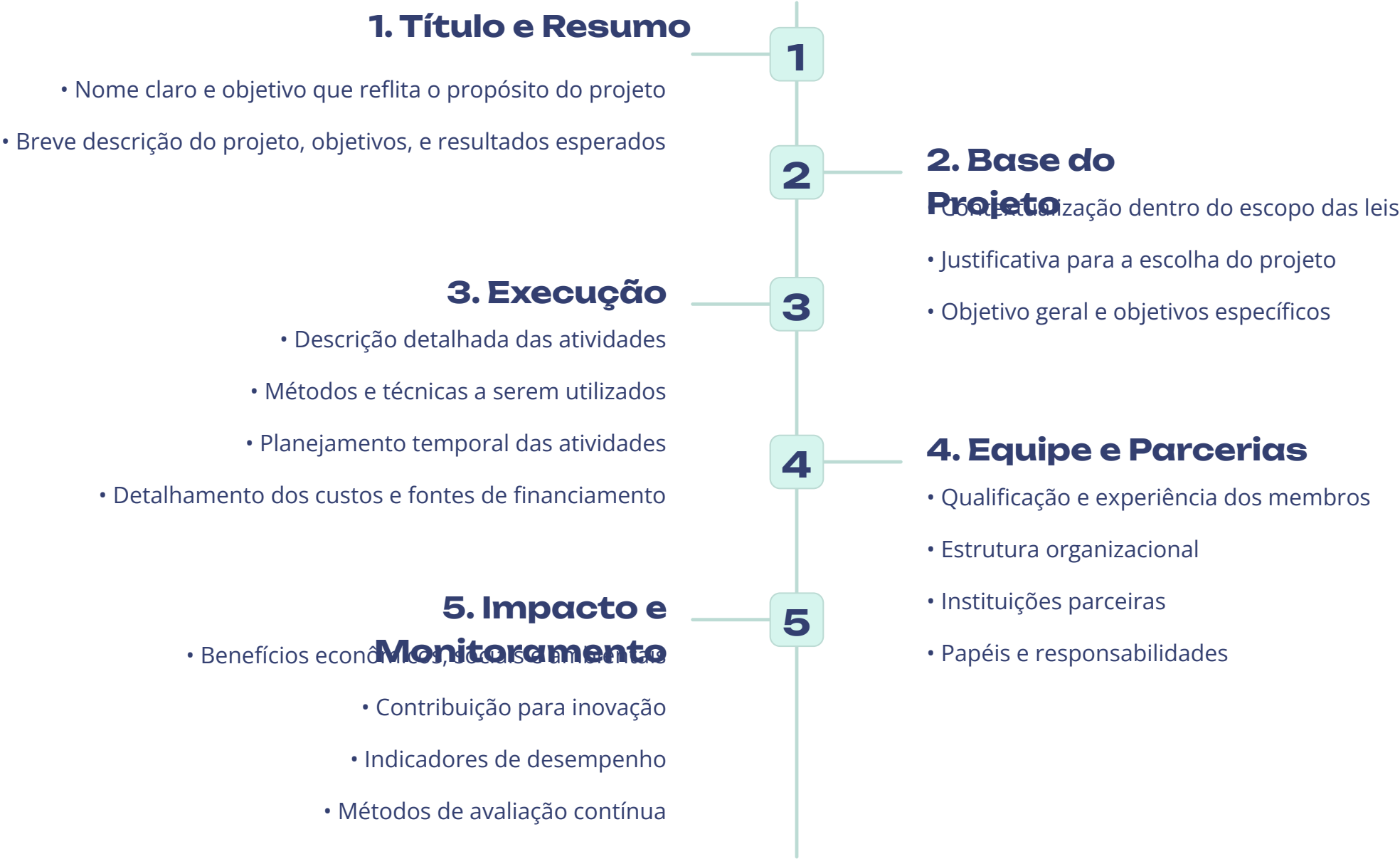
Destaque o histórico e a capacidade da sua instituição em executar projetos semelhantes com sucesso.

Isso demonstrará sua experiência e credibilidade.

Nos anexos dispostos no site da SUFRAMA estão listados as informações que deverão ser inseridas no projeto.

Estrutura do Projeto

Para elaborar projetos de submissão vinculados à Lei nº 8.387/1991 e à Lei nº 13.674/2018, é importante seguir algumas diretrizes específicas.



Tópicos Específicos para Lei nº 8.387/1991 e Lei nº 13.674/2018

- **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)**
 - Projetos que visem o desenvolvimento de novas tecnologias ou a melhoria de processos existentes.
 - Investimentos em capacitação tecnológica e competitividade.
- **Sustentabilidade Ambiental**
 - Projetos que promovam a sustentabilidade e a preservação ambiental na Amazônia Ocidental e no Estado do Amapá.
- **Capacitação e Formação**
 - Programas de formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico.
- **Incentivos Fiscais**
 - Detalhamento de como o projeto se beneficiará dos incentivos fiscais previstos nas leis.

Consulte também o Manual de Análise do Relatório Demonstrativo (RD) da Suframa.

Este arquivo abaixo fornece orientações práticas para a execução de projetos no âmbito da Lei nº 8.387/1991 e suas alterações pela Lei nº 13.674/2018, que foram sintetizadas nesse guia.



PDF file



Análise e avaliação de projetos

Análise Técnica

Os projetos submetidos passam por uma análise técnica minuciosa, onde especialistas avaliam a viabilidade, exequibilidade e alinhamento com os requisitos da legislação.

Isto garante que apenas os projetos mais robustos e alinhados com os objetivos da lei sejam selecionados.

Impacto Socioeconômico

Além da análise técnica e financeira, os projetos são também avaliados quanto ao seu impacto socioeconômico na região, considerando aspectos como geração de empregos, inclusão produtiva e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

1

2

Avaliação Financeira

A equipe de especialistas também realiza uma análise para **verificar a viabilidade econômica e a adequação dos recursos solicitados pelos projetos**, avaliando a solidez do plano de negócios, a alocação de recursos e a sustentabilidade dos investimentos propostos.

Isto assegura que os projetos selecionados sejam economicamente viáveis.

3



Seleção e aprovação de projetos

1

Análise de propostas

A equipe técnica responsável avalia cada proposta apresentada, verificando o atendimento aos requisitos de elegibilidade, a viabilidade técnica e o alinhamento com os objetivos da legislação vigente por meio de Análise Técnica e Financeira.

2

CrITÉrios de seleção

Os projetos são analisados com base em uma série de critérios previamente estabelecidos, como impacto socioeconômico, potencial de inovação, adequação orçamentária e capacidade de execução da equipe, considerando o impacto potencial dos projetos no desenvolvimento regional, na geração de empregos e na qualidade de vida.

3

Aprovação dos melhores projetos

Após a avaliação, os projetos mais bem pontuados são selecionados para aprovação.

Essa etapa envolve a análise final, a assinatura de termos e a liberação dos recursos necessários para a execução.

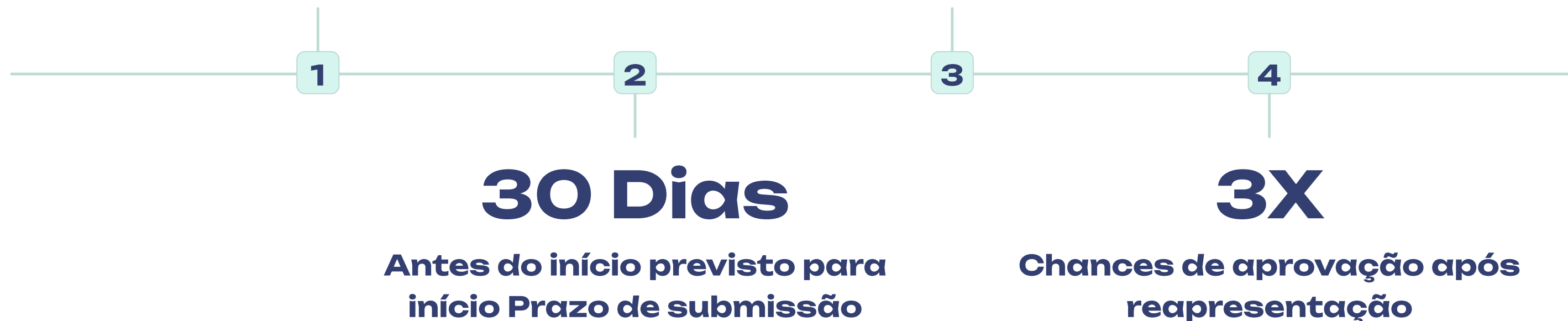
Prazos e fluxos do processo

45 a 60 Dias

Prazo de análise

90 a 120 Dias

Duração máxima do processo



O processo de captação e submissão de projetos para a Lei nº 8387/1991 e Lei nº 13.674/2018 segue um fluxo bem definido, com prazos específicos para cada etapa.

As empresas interessadas têm até 30 dias antes do início previsto para execução para enviar suas propostas, que então passam por uma análise de 45 a 60 dias.

Em caso de rejeição, o projeto pode ser reapresentado com chances até 3 vezes maiores de aprovação.

O processo completo pode levar até 90 a 120 dias, desde a submissão até a concessão dos benefícios.



Acompanhamento e monitoramento dos projetos

1

Análise de progresso

O acompanhamento dos projetos envolve uma análise periódica do progresso alcançado em relação aos objetivos e metas estabelecidos. Isto permite identificar desafios e oportunidades de melhoria durante a execução.

2

Reuniões de acompanhamento

Realizadas regularmente com as equipes envolvidas, as reuniões de acompanhamento são essenciais para discutir os avanços, ajustes necessários e soluções para eventuais problemas.

3

Indicadores de desempenho

Métricas-chave de desempenho são estabelecidas e monitoradas para avaliar a eficácia do projeto em atingir seus objetivos propostos, permitindo ajustes oportunos.

Exemplos de Projetos Bem-Sucedidos na Amazônia

A região da Amazônia tem sido palco de diversos projetos bem-sucedidos na área de P&D e inovação, que têm contribuído para o desenvolvimento sustentável da região.

Um exemplo notável é o projeto de pesquisa sobre a utilização de fibras naturais amazônicas na fabricação de materiais compósitos de alta resistência.

Outro caso de destaque é o desenvolvimento de um sistema de monitoramento de recursos hídricos na bacia amazônica, utilizando tecnologias de sensores e inteligência artificial para rastrear a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos na região.



Histórias de Sucesso com a Lei nº 8387/1991

Projeto de Inovação em Energia Solar

Uma empresa sediada no Amapá desenvolveu um projeto inovador de painéis solares adaptados às condições climáticas da região.

Graças aos incentivos da Lei 8387/1991, a empresa pôde investir em P&D e obter financiamento para implementar seu projeto piloto, que se tornou um grande sucesso, gerando emprego e renda na comunidade local.

Desenvolvimento de Produtos Florestais Sustentáveis

Uma cooperativa na Amazônia Ocidental utilizou os benefícios da lei para criar novos produtos a partir de matérias-primas florestais.

Seu projeto de pesquisa e desenvolvimento permitiu a certificação de processos sustentáveis, abrindo novos mercados e gerando renda para as comunidades tradicionais.

Impactos Positivos na Região Amazônica



Preservação Ambiental

A lei de incentivos fiscais para a Amazônia Ocidental e Amapá visa apoiar projetos que priorizam a preservação do bioma amazônico e o uso sustentável de seus recursos naturais.

Isso contribui para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico da região.



Valorização de Culturas Locais

Esses incentivos promovem o desenvolvimento de comunidades tradicionais e povos indígenas da Amazônia, valorizando seus conhecimentos, práticas e modos de vida sustentáveis. Isso fortalece a preservação do patrimônio cultural e social da região.



Fomento a Energias Renováveis

Os projetos apoiados pela lei incentivam a implementação de tecnologias limpas e fontes de energia renováveis, como solar e hidrelétrica de pequeno porte.

Isso reduz a dependência de combustíveis fósseis e promove a transição para uma economia mais sustentável na Amazônia.

Desafios e lições aprendidas



Desafios iniciais

Ao implementar a Lei nº 8387/1991, as empresas e instituições enfrentaram alguns desafios iniciais, como a compreensão da legislação, a adaptação de processos internos e a mobilização de recursos necessários.

Essas barreiras exigiram flexibilidade e determinação para serem superadas.



Lições aprendidas

Ao longo do tempo, as organizações conseguiram aprimorar suas estratégias de captação e submissão de projetos, aproveitando as lições aprendidas.

Isso incluiu o desenvolvimento de melhores práticas, a melhoria da comunicação entre equipes e a otimização de fluxos de trabalho.

Em contrapartida o governo realizou alterações e adequações na legislação a fim de possibilitar que as ICTs Públicas atuem na captação de recursos externos.



Compartilhamento de experiências

A troca de experiências e a colaboração entre empresas, institutos de pesquisa e órgãos governamentais têm sido fundamentais para superar os desafios e disseminar os aprendizados adquiridos, criando assim um ecossistema de PD&I.

Esse diálogo aberto e transparente beneficia todo o ecossistema de inovação.



Oportunidades para novos projetos

Diversidade de setores

A lei incentiva projetos de P&D&I em uma ampla gama de setores, desde tecnologia da informação até biotecnologia e energias renováveis.

Isso abre um vasto leque de oportunidades para empresas e institutos de pesquisa explorarem soluções inovadoras.

Inovação tecnológica

Com o foco na Amazônia Ocidental e Amapá, os projetos podem desenvolver tecnologias disruptivas que atendam às demandas específicas dessas regiões, como soluções para logística, bioeconomia e sustentabilidade.

Parcerias estratégicas

A lei incentiva a formação de consórcios e parcerias entre empresas, universidades e centros de pesquisa, abrindo oportunidades para colaboração e troca de conhecimento em prol da inovação.

Formação de Parcerias Estratégicas para Captação de Recursos na Amazônia Ocidental



Avaliação Interna e Identificação de Demandas
Iniciar com uma análise interna para identificar as capacidades de PD&I da instituição. Realize pesquisas de mercado para entender as necessidades de inovação das empresas e setores-alvo.



Seleção de Parceiros
Procure empresas que investem em PD&I e universidades com expertise complementar. A colaboração com universidades oferece acesso a conhecimento e infraestrutura de pesquisa.



Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas
Participe de eventos, faça uso de plataformas digitais para networking e formalize parcerias com memorandos de entendimento e acordos de cooperação.



Elaboração de Propostas de Projetos
Formar equipes multidisciplinares para criar propostas robustas e abrangentes, definindo objetivos, metodologia, orçamento e resultados esperados.



Captação de Recursos
Monitore editais e chamadas públicas, utilize incentivos fiscais, explore o crowdfunding e fundos de investimento para diversificar as fontes de recursos.



Gestão de Projetos
Implemente um sistema de acompanhamento com indicadores de desempenho, prepare relatórios periódicos e obtenha feedback das empresas parceiras para garantir o sucesso da colaboração.

Apoio e assessoria técnica disponíveis



Equipe de Suporte Técnico

Nossa equipe de suporte técnico altamente qualificada está pronta para auxiliá-lo em todas as etapas do processo de captação e submissão de projetos. Eles oferecerão orientação personalizada e garantirão que sua proposta esteja em conformidade com os requisitos da lei.



Assessoria Especializada

Contamos com consultores experientes que fornecerão assessoria técnica abrangente, desde a identificação de oportunidades elegíveis até a elaboração da proposta final. Eles compartilharão melhores práticas e dicas valiosas para maximizar suas chances de aprovação.



Acompanhamento Contínuo

Não deixaremos você sozinho durante o processo. Nossa equipe acompanhará de perto o andamento do seu projeto, fornecendo suporte e orientação em cada etapa, até a aprovação final e a liberação dos recursos.



Dicas para maximizar as chances de aprovação



Preparação da proposta

Certifique-se de atender a todos os requisitos e documentação exigidos pelo edital.

Uma proposta bem estruturada e completa demonstra seu comprometimento e aumenta as chances de aprovação.



Engajamento com a agência

Mantenha-se em contato com a agência gestora do programa durante o processo.

Atente-se aos modelos de Termo de Acordo de Convênio e de Parceria disponibilizados no site da Agu por meio dos Instrumentos do Marco Legal de CT&I:



Advocacia-Geral da União

Instrumentos do Marco Legal de CT&I



Aproveite as oportunidades de esclarecimento de dúvidas e acompanhe os prazos e atualizações.



Alinhamento dos objetivos

Certifique-se de que sua proposta está alinhada com os objetivos estratégicos e prioridades estabelecidos pelo programa.

Isso demonstra sua compreensão das necessidades e aumenta suas chances de aprovação.



Perguntas e Respostas Frequentes

Nesta seção, vamos esclarecer as principais dúvidas e perguntas que podem surgir durante o processo de captação e submissão de projetos de P&D&I para a Amazônia Ocidental e o estado do Amapá. Estaremos prontos para fornecer orientações detalhadas e respostas objetivas, a fim de ajudar os interessados a navegar com segurança por todas as etapas deste importante programa de financiamento.

Plano de Capacitação Contínua



Desenvolver Competências Técnicas e Gerenciais

Capacitar os servidores em habilidades técnicas e gerenciais necessárias para a captação de recursos e gestão de projetos de PD&I.



Promover a Inovação e a Pesquisa Aplicada

Incentivar a inovação e a pesquisa aplicada, alinhando as atividades das ICT Públicas com as demandas do mercado e as oportunidades de financiamento.



Fortalecer Parcerias Estratégicas

Preparar os servidores para estabelecer e gerenciar parcerias estratégicas com empresas, universidades e centros de pesquisa.



Aprimorar a Gestão de Projetos

Capacitar os servidores em metodologias de gestão de projetos, garantindo a eficiência e eficácia na execução dos projetos de PD&I.

Diagnóstico de Necessidades e Avaliação de Capacidades

Mapeamento de Competências

realizar um levantamento das competências atuais dos servidores e identificar lacunas de conhecimento e habilidades.

Consultas Internas

conduzir consultas internas com as unidades das ICT para identificar as necessidades específicas de capacitação.

Desenvolvimento de Conteúdos e Metodologias

Temas Prioritários

Gestão de Projetos

(Metodologias ágeis (Scrum, Kanban), PMBOK, gestão de riscos, e elaboração de propostas),

Captação de Recursos

(Identificação de oportunidades de financiamento, elaboração de projetos, e submissão de propostas),

Inovação e Empreendedorismo

(Design thinking, inovação aberta, e desenvolvimento de startups),

Parcerias Estratégicas

(Formação e gestão de parcerias, negociação e contratos, e colaboração interinstitucional),

Tecnologias Emergentes

(Inteligência artificial, big data, internet das coisas (IoT), e blockchain).

Modalidades de Capacitação

Presencial e Remota

oferecer capacitações tanto presenciais quanto remotas (EaD) para atender às diferentes necessidades e disponibilidades dos servidores.

Workshops e Seminários

realizar workshops e seminários práticos para promover a troca de experiências e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Cursos e Certificações

disponibilizar cursos e certificações em áreas específicas de interesse, como gestão de projetos e inovação tecnológica.

Implementação do Plano

Cronograma de Capacitações

Curto Prazo (0-6 meses): Capacitações iniciais em gestão de projetos e captação de recursos.

Médio Prazo (6-12 meses): Capacitações em inovação e empreendedorismo, e formação de parcerias estratégicas.

Longo Prazo (12-24 meses): Capacitações contínuas em tecnologias emergentes e atualização de conhecimentos.

Recursos Necessários

Contratar especialistas e facilitadores com experiência nas áreas de interesse.

Garantir a disponibilidade de infraestrutura adequada para a realização das capacitações, incluindo salas de aula, laboratórios e plataformas de EaD.

Desenvolver e disponibilizar materiais didáticos de qualidade, como apostilas, vídeos e tutoriais.

Avaliação e Monitoramento

1. Monitorar a participação dos servidores nas capacitações e o nível de engajamento. Realizar avaliações periódicas para medir o progresso dos servidores e a eficácia das capacitações.
2. Avaliar o impacto das capacitações na qualidade e quantidade de projetos de PD&I submetidos e aprovados.
3. Conduzir pesquisas de satisfação com os participantes para obter feedback sobre as capacitações.
4. Revisar e ajustar o plano de capacitação com base no feedback recebido e nas necessidades emergentes.

A implementação de um plano de capacitação contínua para os servidores das ICT Públicas, conforme sugerido no PDI do IFRO 2023-2027, é essencial para fortalecer a capacidade dessas instituições de captar recursos e desenvolver projetos de PD&I.

Este plano, baseado em uma abordagem estruturada e colaborativa, visa preparar os servidores para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades no campo da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

Recursos e ferramentas adicionais

Guias e manuais

Explore uma variedade de guias detalhados e manuais gratuitos que fornecem informações abrangentes sobre o processo de captação e submissão de projetos, incluindo dicas, modelos e exemplos práticos.

Plataformas digitais

Explore plataformas on-line que oferecem cursos, tutoriais e ferramentas interativas para auxiliar no desenvolvimento e submissão de propostas de projetos.

Workshops e eventos

Participe de workshops e eventos especializados para aprimorar suas habilidades, tirar dúvidas e conhecer profissionais com experiência no ecossistema de inovação e fomento à P&D.

[Assista a palestra que anexamos ao Guia!!](#)



Integração de Ferramentas Digitais para Desenvolvimento e Submissão de Propostas de Projetos



Aumento da Eficiência

Automatizam tarefas repetitivas e simplificam fluxos de trabalho complexos.



Organização Aprimorada

Centralizam todas as atividades e informações relacionadas ao projeto em um único local.



Colaboração Melhorada

Facilitam a comunicação e a colaboração entre equipes, especialmente em ambientes remotos.



Gerenciamento de Recursos

Ajudam a monitorar cargas de trabalho, identificar requisitos de recursos e resolver gargalos.



Mitigação de Riscos

Oferecem uma visão panorâmica do projeto, permitindo a identificação e mitigação proativa de riscos.

Principais Ferramentas de Gestão de Projetos

Monday.com

Plataforma intuitiva e colorida para gestão de projetos, ideal para equipes que buscam visualização clara e organização.

Funcionalidades: Criação de tarefas, definição de prazos, recursos visuais como gráficos de Gantt, e integração com outras ferramentas, como Slack e Google Drive, otimizando a comunicação e a colaboração.

Asana

Ferramenta colaborativa para gestão de tarefas e projetos, ideal para equipes que buscam organizar tarefas, acompanhar o progresso e otimizar a comunicação.

Funcionalidades: Distribuição de tarefas, status de projetos, sub-tarefas, e integração com diversas outras ferramentas, como Dropbox, Google Calendar e Microsoft Outlook, tornando a gestão do tempo e a organização mais eficientes.

Trello

Ferramenta visual e colaborativa baseada em cartões, ideal para equipes que buscam organização visual e flexibilidade na gestão de tarefas.

Funcionalidades: Criação de colunas personalizáveis, movimentação de tarefas entre colunas, e integração com Google Drive e Dropbox, permitindo o compartilhamento de arquivos e a centralização de informações.

Jira

Plataforma robusta para gestão de projetos, especialmente popular em Portugal, ideal para equipes que buscam gerenciar projetos complexos com metodologias ágeis como Kanban e SCRUM.

Funcionalidades: Suporte para frameworks Kanban e SCRUM, criação de gráficos e relatórios detalhados, além de uma interface personalizada para otimizar a gestão de projetos de acordo com as necessidades da equipe.

Google Looker Studio

Ferramenta de visualização de dados poderosa, ideal para equipes que buscam analisar dados e gerar relatórios visuais para tomada de decisões estratégicas.

Funcionalidades: Criação de dashboards personalizados, análise de dados de diferentes fontes, e integração com outras ferramentas do Google, como Google Sheets e Google Analytics, tornando a análise de dados mais completa e eficiente.

Metodologia para Uso de Ferramentas Digitais

Diagnóstico Inicial Avaliação de Capacidades: Identificar as competências atuais e as necessidades de capacitação dos servidores. Mapeamento de Demandas: Identificar as demandas tecnológicas e de inovação das empresas e setores-alvo.	Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas Networking Ativo: Participar de eventos e conferências de inovação para criar redes de contato. Acordos de Colaboração: Estabelecer Memorandos de Entendimento (MoUs) e Acordos de Cooperação com empresas interessadas.
Elaboração de Propostas de Projetos Equipe Multidisciplinar: Formar equipes com profissionais de diferentes áreas para desenvolver propostas robustas. Plano de Projeto Detalhado: Criar um plano de projeto detalhado com objetivos, metodologia, cronograma, orçamento, e análise de riscos.	Captação de Recursos Editais e Chamadas Públicas: Monitorar editais e chamadas públicas de agências de fomento. Incentivos Fiscais: Utilizar incentivos fiscais disponíveis, como a Lei do Bem e a Lei de Informática.
Submissão de Projetos Documentação Completa: Garantir que toda a documentação necessária esteja completa e em conformidade com os requisitos dos editais. Plataformas Online: Utilizar plataformas online de submissão de projetos para facilitar e agilizar o processo.	Gestão de Projetos Acompanhamento Contínuo: Implementar um sistema de acompanhamento contínuo dos projetos. Relatórios e Feedback: Preparar relatórios periódicos de progresso e obter feedback constante das empresas parceiras.

A integração de ferramentas digitais é fundamental para o sucesso na captação de recursos e na gestão de projetos de PD&I na Amazônia Ocidental.

Utilizando plataformas como Monday.com, Asana, Trello, e Jira, além de serviços de armazenamento como Google Drive e Dropbox, as ICT Públicas podem melhorar significativamente sua eficiência, organização, e capacidade de colaboração.

A implementação de uma metodologia estruturada para o uso dessas ferramentas garantirá a maximização dos recursos e o sucesso dos projetos.



Elaboração do Projeto

1

Definir Objetivos

Comece definindo claramente os objetivos do projeto, alinhando-os com os requisitos da legislação e as necessidades da região. Identifique os impactos esperados e como o projeto contribuirá para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e do Amapá.

Estabelecer objetivos claros e mensuráveis para o projeto, detalhar as metas de curto, médio e longo prazo.

2

Planejar Atividades

Delineie as principais atividades e etapas necessárias para a execução do projeto, estabelecendo um cronograma realista e detalhado. Considere os recursos, a equipe e a infraestrutura requerida para cada fase.

3

Elaborar Orçamento

Prepare um orçamento preciso e bem fundamentado, contemplando todos os custos envolvidos, desde os insumos e equipamentos até as despesas operacionais. Certifique-se de que o orçamento esteja alinhado com os objetivos e a viabilidade do projeto.

Atenção: orçamento detalhado, discriminando os custos previstos: equipamentos, materiais e pessoal.



Boas práticas na prestação de contas

Organização e Transparência

Mantenha registros detalhados e organizados de todas as transações financeiras relacionadas ao projeto.

A transparência na prestação de contas é essencial para garantir a confiança e o sucesso da iniciativa.

Relatórios periódicos sobre o progresso dos projetos, incluindo atualizações sobre o cumprimento das metas e indicadores de desempenho são essenciais.

Documentação Completa

Certifique-se de reunir toda a documentação necessária, como notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamento.

Essa documentação comprovará a utilização adequada dos recursos e facilitará o processo de auditoria.

Pontualidade e Precisão

Entregue os relatórios financeiros dentro dos prazos estabelecidos e garanta que todas as informações estejam corretas e atualizadas.

A pontualidade e a precisão demonstram o seu compromisso com a gestão responsável do projeto.

É importante manter a transparência no uso dos recursos, disponibilizando informações detalhadas e acessíveis ao público.

Transparência e Governança: Implementação de Práticas para Assegurar Transparência e Accountability



Confiabilidade

Aumentar a confiança dos stakeholders, incluindo financiadores, parceiros e a comunidade.



Eficiência

Melhorar a eficiência na gestão de recursos e na execução de projetos.



Accountability

Assegurar que todos os envolvidos sejam responsáveis por suas ações e decisões.



Sustentabilidade

Promover a sustentabilidade dos projetos e das instituições envolvidas.

A transparência e a governança são essenciais para garantir a confiabilidade, a eficiência, a accountability e a sustentabilidade dos projetos e instituições envolvidas.

Metodologia de Implantação

Diagnóstico Inicial

Avaliação de Capacidades: Realizar uma avaliação interna para identificar as capacidades e competências da instituição em termos de governança e transparência.

1

2

Mapeamento de Demandas: Identificar as demandas dos stakeholders em relação à transparência e accountability.

Desenvolvimento de Políticas

Políticas de Transparência: Desenvolver e implementar políticas que assegurem a transparência em todas as atividades e processos.

1

2

Procedimentos de Accountability: Estabelecer procedimentos claros para garantir a accountability, incluindo auditorias internas e externas.

Capacitação e Treinamento

Programas de Capacitação: Oferecer programas de capacitação contínua para a equipe, focando em práticas de governança, transparência e accountability.

1

2

Workshops e Seminários: Realizar workshops e seminários para discutir e aprimorar as práticas de governança.

Monitoramento e Avaliação

Sistemas de Monitoramento: Implementar sistemas de monitoramento que permitam acompanhar o progresso dos projetos em tempo real e identificar possíveis desvios ou problemas.

1

2

Relatórios Periódicos: Preparar relatórios periódicos de progresso e obter feedback constante dos stakeholders.

Indicadores de Desempenho - KPIs (Key Performance Indicators)

1 Definição e Importância

Os indicadores de desempenho, também conhecidos como KPIs (Key Performance Indicators), são métricas usadas para avaliar o sucesso de uma organização em alcançar seus objetivos estratégicos.

Eles fornecem uma visão clara e quantificável do progresso, permitindo que gestores tomem decisões baseadas em dados concretos.

A utilização eficaz de KPIs pode aumentar significativamente as chances de sucesso dos projetos de PD&I, promovendo a inovação e o desenvolvimento sustentável na região.

2 Tipos de Indicadores

Existem diferentes tipos de KPIs que podem ser utilizados, incluindo indicadores de **Eficiência**, **Eficácia**, **Qualidade** e **Tempo**.

Cada tipo de indicador serve para avaliar aspectos específicos do projeto, fornecendo uma visão completa do seu desempenho.

3 Desenvolvimento de Indicadores

O desenvolvimento de KPIs eficazes envolve a definição clara dos objetivos do projeto, a seleção de indicadores relevantes e mensuráveis, a implementação de ferramentas de monitoramento e a realização de análises periódicas para avaliar o progresso e fazer os ajustes necessários.

4 Exemplos de Indicadores

Exemplos de indicadores de desempenho incluem o número de publicações científicas por pesquisador, o custo por patente registrada, o percentual de projetos que resultam em produtos comercializáveis, a redução de emissões de CO2 como resultado de um projeto de sustentabilidade, o nível de satisfação dos parceiros industriais e o tempo médio para desenvolvimento de uma nova tecnologia.

Desdobramentos Futuros da Legislação

Expansão de Aplicabilidade

Com o sucesso da Lei nº 8.387/1991 e suas subsequentes alterações, é provável que a aplicabilidade da legislação seja ampliada para abranger outras regiões do país, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico em todo o território nacional.

Aprimoramento de Incentivos

Espera-se que os incentivos fiscais e financeiros previstos na lei sejam continuamente aprimorados, a fim de oferecer ainda mais atrativos para empresas e instituições de pesquisa investirem em projetos de inovação na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá.

Dessa forma será possível várias abordagens para fortalecer ainda mais o desenvolvimento científico e tecnológico dessa região.

Perspectivas de crescimento e desenvolvimento

Expansão geográfica

Com o apoio da Lei nº 8387/1991 e suas atualizações, a expectativa é de uma expansão significativa dos projetos de P&D&I na Amazônia Ocidental e no estado do Amapá.

Isso irá impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico dessas regiões, atraindo mais investimentos e talentos.

Inovação sustentável

As empresas e instituições de pesquisa devem aproveitar essa janela de oportunidade para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis, alinhadas com as necessidades e características únicas da Amazônia. Isso inclui desde tecnologias limpas até a valorização da biodiversidade local.

Essas práticas não apenas fomentam o avanço tecnológico, mas também respeitam e preservam o meio ambiente.



Palestra Captação de Recursos para Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Fomento à Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia Ocidental

Ministrante Edmilson Suassuna da Silva | Mediadora Ellen Vieira Pacífico

Youtube



YouTube



Palestra Captação de Recursos para Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e In...

Palestrante: Edmilson Suassuna da Silva Mediadora: Éllen Vieira Pacífico A palestra "Captação de Recursos para Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Fomento à Educação...

Considerações e próximos passos

Incluimos aqui detalhes sobre a captação e submissão de projetos com base na Lei nº 8387/1991, alterada pela Lei nº 13.674/2018.

Esperamos que este guia tenha sido esclarecedor e fornecido todas as informações necessárias para você entender o processo, requisitos, prazos e boas práticas.

Agora, é hora de colocar esse conhecimento em prática! Identifique suas oportunidades de negócio, prepare sua proposta seguindo as diretrizes apresentadas e submeta seu projeto.

Esteja atento aos próximos editais e oportunidades que surgirão. Conte com o apoio técnico disponível para tirar dúvidas e obter orientação durante todo o processo.



Referências

ANPEI, P,D&I: entenda melhor esse conceito, 29 de Agost. de 2019. Disponível em 34 <https://anpei.org.br/pdi-pesquisa-desenvolvimento-e-inovacao-entenda/>, acesso em 16 de julh. de 2023. BRASIL,Lei nº 11892 de 29 de Dezembro de 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 de jul. 2023.

BRASIL, Lei nº 8.387 de 30 de Dezembro de 1991, dá nova redação redação ao § 1º do Art. 3º, aos Arts 7º e 9º do Decreto- }Lei nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967, ao caput do Art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de Abril de 1976 e ao Art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de Dezembro de 1953, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei, acesso em: 12 de jan. de 2023.

BRASIL, Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016 e Decreto nº 9.283, de 07 de Fevereiro de 2018. Disponível em https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/arquivos/marco_legal_de_cti. pdf, acesso em 30 de mai. de 2023.

BRASIL, Lei nº 13.674, de 11 de junho de 2018, altera as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/, acesso em 20 de julh. de 2023.

BRASIL, Lei nº 13.969, de 26 de Dezembro de 2019, dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/, acesso em 19 de julh. de 2023.

BARBOSA, Xênia de Castro Barbosa. Território e Saúde: Políticas Públicas de combate à dengue em Porto Velho/RO, 1999-2013. Tese (Doutorado em Geografia), Tomo 1, 230 fls. Universidade Federal do Paraná: Programa de Pós-graduação em Geografia, Curitiba: 2015. CASTRO, C.M. A prática da pesquisa. São Paulo: McGrawHill do Brasil; 1978:88. Becker HS. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2a ed. São Paulo: HUCITEC; 1994.

Referências

CÉZAR, Isamary Roberta Ferreira. Práticas Pedagógicas Nos Anos Finais Do Ensino Fundamental: Sentidos De Professoras. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2021.

CHIAMULERA, Felipe; et.al. Lei de Informática na Zona Franca de Manaus: Resolução Suframa Nº 71, de 6 de Maio de 2016. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 397-407, Julho de 2017. ISSN:2448-0959

Decreto- Lei nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus, disponível em:. acesso em: 12 de jan. de 2023.24 Decreto Lei nº 719, de 31 de Julho de 1969, disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Dec, acesso em Dez. de 2023.

DE OLIVEIRA, C.L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. Universidade Federal de Alagoas. v.2, n.3, 2008. Disponível em <https://scholar.google.pt/scholar?start=10&q=estudo+de+cas>, acesso em: 16 de mai. de 2023. GARCIA, Adilso de Campos;

DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de; CASTILHO, Maria Augusta de, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ORIGEM E TRAJETÓRIA, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM Minas Gerais – Brasil Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas, disponível em <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisci>, acesso em Dez. de 2023.

GIL, A.C. Como elaborar projetos e pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58. Goode WJ, Hatt PK. Métodos em pesquisa social. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional;1979:422. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record; 1997. Chizzotti A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes; 2006:135.

Referências

Lei Nº 14695 DE 10/10/2023, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14695.htm, acesso em Dez. de 2023. Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011, disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/, acesso em Dez. de 2023.

LUDKE, M; MEDA, A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU;1986.

MEIHY, J.C.S.B.; RIBEIRO, S.L.S. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo (SP): Contexto, 2011. p.208. MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira;

RAMOS, Marise Nogueira, Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em Dez. de 2023. NASCIMENTO, Sérgio Nogueira do. Aplicação dos recursos de incentivos fiscais da lei de informática no Polo Industrial de Manaus. 2021. 95f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2021.

PACHECO, E. Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. PDI 2023 - 2027 (ifro.edu.br), disponível em : <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>, acesso em Jan. de 2024. Portaria Conjunta ME/SUFRAMA nº 347, de Outubro de 2020, regulamenta o inciso VI do § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre condições, conceitos e critérios para investimento em Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação Públicas na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá. Disponível em Port. Conj. ME / SUFRAMA nº 347/2020 (fazenda.gov.br), acesso em 30 de mai. de 2023. Presidência da República. Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D6008.htm, acesso em 25 de julh. de 2023

Referências

Programa de Bolsas de Incentivo à Pesquisa , Desenvolvimento e Inovação, disponível em <https://www.rnp.br/programadebolsasPDI>, acesso Dez. 2023

RESOLUÇÃO CAPDA/ME nº 30, de 14 de setembro de 2022-Altera a Resolução CAPDA nº 2, de 31 de março de 2020, que dispõe sobre regras e procedimentos para a aplicação de recursos na execução dos programas prioritários para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, na área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus. disponível em:< CAPDA — Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

Resolução CAPDA nº 2, de 31 de março de 2020-Dispõe sobre regras e procedimentos para aplicação de recursos na execução dos programas prioritários para investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em:. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

Resolução CAPDA nº 9, de 29 de outubro de 2019-Estabelece os Programas Prioritários para Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. Disponível em:. Acesso em: 12 de jan. de 2023. Resolução CAPDA nº 8, de 29 de outubro de 2019-Aprova o Regimento Interno do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia. Disponível em:< CAPDA — Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em: 12 de jan. de 2023.

Resolução CAPDA nº 5, de 7 de dezembro de 2010,Estabelece os critérios para credenciamento e descredenciamento de centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileira de ensino, oficiais ou reconhecidas e dá outras providências. Disponível em:< CAPDA — Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em:12 de jan. de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 5/REIT - CONSUP/IFRO, DE 03 DE JANEIRO DE 2018 Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Projetos de Ensino no âmbito do Instituto Federal de Educação,Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

RESOLUÇÃO Nº 31/REIT - CONSUP/IFRO, DE 30 DE MAIO DE 2017 Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Extensão do IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, disponível em <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resoluc>, acesso em Jan. de 2024